

A INFLUÊNCIA DAS RELAÇÕES PAIS-MÃES-FILHOS NO DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO DAS CRIANÇAS

THE INFLUENCE OF PARENT-MOTHER-CHILD RELATIONS ON THE PSYCHIC DEVELOPMENT OF CHILDREN

Izadora Maria Nielsen de Almeida¹

Alda Penha Andrello Lopes²

ALMEIDA, I. M. N. de; LOPES, A. P. A. A influência das relações pais-mães-filhos no desenvolvimento psíquico das crianças. *Akrópolis*, Umuarama, v. 30, n. 1, p. 49-60, jan./jun. 2022.

Doi: [10.25110/akropolis.v30i1.8800](https://doi.org/10.25110/akropolis.v30i1.8800)

RESUMO: Com sucessivas e recorrentes modificações ocorrendo na sociedade contemporânea, a esfera da família e as relações estabelecidas nesse meio são reformuladas constantemente. Isso implica em alterações não só das configurações familiares apenas, mas também nas funções e nos papéis que os pais e as mães desempenham na vida dos filhos(as) desde os momentos iniciais e no decorrer do desenvolvimento até a fase adulta. Diante disso, faz-se necessário uma retomada dos conhecimentos da Psicologia, seguindo o referencial teórico psicanalítico, referentes às atribuições paternas e maternas no desenvolvimento psicológico infantil. Esta pesquisa bibliográfica tem por objetivo compreender como as relações entre pais-mães-filhos(as) influenciam no desenvolvimento psíquico das crianças. Apresenta alguns aspectos históricos da instituição família e algumas características do desenvolvimento infantil, de ambiente familiar e interações saudáveis. Utiliza-se como método científico a revisão sistemática da literatura de cunho qualitativo. Conclui-se que as figuras cuidadoras pai e mãe e a qualidade das relações que estabelecem com seus filhos e/ou filhas interferem direta e substancialmente no desenvolvimento emocional desses, sendo necessário, a regulação positiva tanto do ambiente em que as crianças estão inseridas como das interações que com elas são construídas.

PALAVRAS-CHAVE: Família; Relação pai-filho; Relação mãe-filho; Desenvolvimento psíquico; Psicanálise.

ABSTRACT: With successive and recurrent changes taking place in contemporary society, the sphere of the family and the constant relationships in this environment are constantly reformulated. This implies changes not only in family configurations only, but also in the roles and roles that fathers and mothers play in the lives of their children (as) from the initial moments and no development unfolding until adulthood. Therefore, it is necessary to retake knowledge of Psychology, following the psychoanalytic theoretical framework, referring to paternal and maternal attributions in child psychological development. This bibliographic research aims to understand how the relationships between fathers-mothers-children influence the psychic development of children. Some historical aspects of the family institution and some characteristics of child development, family environment and healthy interactions. A systematic literature review of a qualitative

¹ Centro Universitário UniFatecie, Paranaíba, PR, Brasil. Graduada em Psicologia, e-mail: izadoranielsen.psi@gmail.com, ID ORCID 0000-0003-4183-8574

² Centro Universitário UniFatecie, Paranaíba, PR, Brasil. Professora Mestre, coordenadora do curso de Psicologia e orientadora, e-mail: aldalopes@hotmail.com, ID ORCID 0000-0001-5500-2896

nature is used as a scientific method. It is concluded that the father and mother caring figures and the quality of the relationships they establish with their sons and/or daughters directly interfere and induce their emotional development, requiring the positive regulation of both the environment in which the children are inserted and of the interactions that are built with them.

KEYWORDS: Family; Parent-child relationship; Mother-child relationship; Psychic development; Psychoanalysis.

INTRODUÇÃO

O presente artigo de revisão bibliográfica se propôs a compreender as relações dos pais e das mães com os filhos e/ou as filhas e como essas interações influenciam no processo de desenvolvimento psicológico das crianças. Assim, teve por justificativa social e científica a acentuada necessidade de informações atualizadas sobre este tema, a fim de, subsidiar conhecimentos práticos que possam instruir cuidadores e demais profissionais a respeito das atuações positivas frente à infância, como orientações e ações que visam a construção de uma boa relação entre pais, mães e filhos(as), e também, que ampliem o campo científico da Psicologia.

Para tanto, foram estipulados alguns objetivos específicos para que se alcançasse a realização deste estudo, sendo eles: levantar e analisar materiais existentes relacionados aos papéis paternos e maternos e a influência que essas inter-relações exercem sobre o desenvolvimento psicológico das crianças; caracterizar algumas particularidades do desenvolvimento infantil; identificar e descrever alguns aspectos de um ambiente e de práticas parentais saudáveis indispensáveis para um bom desenvolvimento psíquico na infância; e por fim, apresentar algumas características de relações entre pais-mães e filhos(as) que propiciem a constituição saudável do psiquismo das crianças, tendo por base os conceitos teóricos da Psicanálise.

É oportuno esclarecer que este artigo não almeja esgotar as pesquisas e considerações a respeito do assunto nem se deter em possíveis discussões de gênero das figuras parentais, isto é, abordar os modelos de casais e de famílias homoafetivas ou monoparentais, uma vez que, se distanciaria da temática e dos objetivos propostos. Ainda, durante todo o texto quando referirmo-nos a filho ou filhos estamos incluindo filha e/ou filhas, pois o propósito desse estudo envolve crianças de

ambos os sexos.

Prosseguindo, o termo família pode ser definido como um grupo de pessoas que estabelecem relações influenciadoras entre si, incluindo pai, mãe, irmãos, avós, etc. Para a Psicanálise, o “*grupo familiar* exerce uma profunda e decisiva importância na estruturação do psiquismo da criança, logo, na formação da personalidade do adulto” (ZIMERMAN, 2007, p. 103).

Utilizaremos a definição desse mesmo autor para entendermos e ilustrarmos a concepção de como o ambiente familiar deve ser para que possa promover o desenvolvimento saudável de seus membros:

Uma família bem estruturada requer algumas condições básicas, como é a necessidade de que haja uma hierarquia na distribuição de *papéis, lugares, posições e atribuições*, com a manutenção de um clima de liberdade e de respeito recíproco entre os membros (ZIMERMAN, 2007, p. 104).

À respeito do termo desenvolvimento, esse pode ser entendido como o processo de contínuas mudanças sistemáticas que acometem o indivíduo desde sua concepção intrauterina até o estágio final – a morte (SHAFFER; KIPP, 2012). Podemos, então, ressaltar três principais aspectos do desenvolvimento, sendo eles:

[...] físico, cognitivo e psicossocial. O crescimento do corpo e do cérebro, as capacidades sensoriais, as habilidades motoras e a saúde fazem parte do desenvolvimento físico. Aprendizagem, atenção, memória, linguagem, pensamento, raciocínio e criatividade compõem o desenvolvimento cognitivo. Emoções, personalidade e relações sociais são aspectos do desenvolvimento psicossocial (PAPALIA; FELDMAN, 2013, p. 37).

Logo, o conceito de desenvolvimento infantil corresponde ao conjunto de processos transformadores que abrangem o sujeito nos seus primeiros anos de vida. A infância é subdividida em três etapas: a primeira infância, do período intrauterino aos 3 anos; a segunda infância, dos 3 aos 6 anos de idade; e a terceira infância abarcando dos 6 aos 11 anos aproximadamente. Essas mudanças correspondem aos âmbitos

biológicos, físicos, neurológicos, motores, psíquicos, cognitivos, emocionais, sociais, ambientais, culturais e econômicos de cada criança que são interligados entre si e dependentes de outras variáveis pertencentes a cada sujeito, como o grupo familiar, a regionalidade, a hereditariedade, entre outros (BRASIL, 2002; PAPALIA, FELDMAN, 2013).

Em síntese, a estabilidade do ambiente familiar e a disponibilização de recursos ajustados às necessidades da criança, proporciona a essa, melhores condições de desenvolver-se saudavelmente. Já disfunções nas relações interpessoais familiares, danificadas pela ausência de expressões afetivas saudáveis, afetam diretamente a saúde mental das crianças, ocasionando demasiados distúrbios. Desse modo, a família é um agente ativo na formação da personalidade do indivíduo (KALOUSTIAN, 2002; WINNICOTT, 1975).

AFINAL, AS RELAÇÕES ENTRE PAIS-MÃES-FILHOS INFLUENCIAM NO DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO DAS CRIANÇAS SEGUNDO A PSICOLOGIA?

O bebê na Psicanálise: Um olhar de Freud e Winnicott

Com o passar dos anos e a expansão das teorias psicológicas, a Psicanálise evoluiu de uma abordagem que visava apenas os impulsos sexuais (princípios freudianos), para uma linha teórica com enfoque no cuidado emocional, ou seja, na importância dos estágios iniciais do desenvolvimento psíquico e na participação das figuras de cuidado – pai e mãe (LOBO, 2008).

Segundo Zimerman (2007), referência no campo da psiquiatria e psicanálise, a criança nasce com uma “predisposição constitucional inata”, ou seja, uma pré-condição genética ou dimensão em potencial a ser desenvolvida e modificada de acordo com as ações da mãe e do ambiente.

Para o autor Winnicott, conceituado pediatra e psicanalista inglês, o bebê nasce com uma necessidade de ser e uma tendência herdada para o amadurecimento. Após o nascimento, o bebê inicia seu processo de “amadurecimento pessoal” que correspondente ao período de dependência absoluta (por volta de 0 a 6 meses de vida), e, progressivamente, considerando que o ambiente que o recebeu seja adequado às suas necessidades,

este alcança um *eu* pessoal integrado, uma unidade que responde por um ser. Com o decorrer do seu crescimento e amadurecimento, o bebê vai se tornando mais independente do ambiente, entrando assim, na fase de dependência relativa que compreende dos 6 meses a 2 anos de idade (ROSA, 2009).

Portanto, o meio ou ambiente é um fator decisivo para o desenvolvimento emocional do bebê humano, pois está em um processo gradativo de separação entre o *eu* e o *não-eu*, constituindo o seu próprio *eu*. E quando não há uma figura presente para cumprir a função materna, o desenvolvimento do bebê encontra algumas dificuldades (WINNICOTT, 1975).

A teoria winnicottiana ressalta também três tarefas essenciais em que o bebê precisa de um ambiente para poder realizá-las durante seu processo de amadurecimento emocional e, ao final, constituem a subjetividade do *eu*, sendo elas: 1) integração – experiências de espaço-tempo; 2) personalização – alojamento gradativo da psique no corpo; 3) realização – contato com a realidade que permite o reconhecimento do *eu* independente do mundo externo ou de objetos (DIAS, 2003).

Nas obras posteriores, Winnicott afirma que conforme essas tarefas são vivenciadas “e as conquistas estão sendo organizadas entre si pelo funcionamento do *ego*, outra está se processando: a constituição do si-mesmo como identidade” (DIAS, 2003, p. 167), assim, nessa quarta tarefa o bebê torna-se um objeto e tem suas primeiras experiências de identidade.

Esse percurso do amadurecimento é traçado por duas linhas: a linha identitária (denominada pela psicanálise como *eu* ou *ego*), responsável pela constituição da pessoa integrada que o bebê virá a ser e que necessita dos recursos do ambiente e da linha instintual (nomeada como *id*), situada na primeira linha e correspondente a apropriação da impulsividade instintual. Para que essa instintualidade seja integrada à personalidade do sujeito em desenvolvimento, dependerá do avanço da formação da identidade da criança (ROSA, 2009).

Por fim, a chegada de um recém-nascido ocasiona muitas mudanças familiares de fato e gera sentimentos de ansiedade, medo, frustração e alegria. Nesse contexto, as ações de ambos os pais se tornam substanciais para o desenvolvimento do psiquismo infantil, de modo que, podem influenciar uma estruturação saudável ou patológica do

mesmo. Para Winnicott, a participação efetiva que os pais e as mães desempenham ou não na vida dos filhos, a qualidade de suas presenças, de seus afetos e ações em prol a eles são terminantemente os fatores mais vitais (ROSA, 2009).

A Família e a História: Indissociáveis no tempo

Num passado muito longínquo, que remonta a era neolítica, não havia por parte dos grupos familiares a concepção de paternidade na sua totalidade como é dada atualmente. Contemplavam a participação do homem no seio familiar meramente como um procriador e um mantenedor econômico do lar, sem a obrigatoriedade de cumprir suas demais implicações na formação dos filhos, como assistir as demandas afetivas, emocionais, psíquicas, comportamentais, sociais e morais do sujeito em desenvolvimento. Durante muitos séculos, a predominância na esfera familiar dessas coletividades fora de modelo matrilinear, ou seja, a responsabilidade pela formação dos filhos era inerente à figura da mulher/mãe (FLORENTINO, 2002).

No decorrer da evolução humana e dos acontecimentos históricos, como as guerras, o homem remodelou seu papel adquirindo maior relevância na sociedade, superiorizando as características masculinas em detrimento das femininas, permanecendo ainda distante das suas funções enquanto pai (FLORENTINO, 2002).

Entretanto, como a vida e a história são um movimento cíclico no tempo, abarcadas por constantes variáveis, novas alterações sociais, culturais e econômicas afetaram o entendimento e as configurações dos papéis familiares. Com as conquistas da mulher/mãe na contemporaneidade, como acesso a escolarização, ao mercado de trabalho, as lutas de classes e o direito ao divórcio, essa passou a ser mais valorizada na sociedade, e assim, a importância da figura paterna foi equiparada com a da figura materna, pois agora os afetos e as ações de cuidados para com os filhos foram subdivididos e compartilhados, tal como, as obrigações fora do lar (AMAZONAS; BRAGA, 2006).

No Brasil, as configurações familiares passaram por variadas modificações ético-político-cultural-social-econômica ao longo da história, prevalecendo o modelo patriarcal tradicional ou nuclear, liderado pelo homem e composta por esposa e filhos. Contudo, hoje se defente que o modo correto a se referir ao grupo em

questão seja “famílias”, no plural, para que assim englobe democraticamente todas as possíveis configurações familiares (AMAZONAS; BRAGA, 2006; KALOUSTIAN, 2002).

Por toda essa evolução histórica e mesmo com as inúmeras mudanças que ocorreram nas definições de papéis, ambos os pais mostraram ser primordiais para o processo de formação dos sujeitos em desenvolvimento. Em outras palavras, insubstituíveis na vida dos filhos – tanto suas presenças como afetos e ações de cuidados dispensados às crianças.

Relações Familiares: Perfeitamente boas ou absolutamente más?

É verdade que com o passar do tempo e das gerações, as configurações familiares sofreram intensas e múltiplas transformações, reverberando assim, na formação da identidade individual, social e grupal do bebê, da criança, do adolescente, e posteriormente, do adulto (ZIMERMAN, 2007).

A instituição família é primordial para a manutenção da sobrevivência da criança e para assegurar seu desenvolvimento. É responsável por suprir as necessidades biológicas e afetivas, assim como, é também um veículo de aprendizagem e de inserção social, além de ser formadora da identidade da criança. Desse modo, o sistema familiar é considerado o fator que mais exerce influência no desenvolvimento infantil (KALOUSTIAN, 2002; MINUCHIN, COLAPINTO, MINUCHIN, 1999).

Para Winnicott, o “ambiente total” ou “suficientemente bom”, capaz de promover o desenvolvimento saudável, é composto tanto pela mãe como pelo pai, e juntos, como pessoas reais, completam e mantêm o ambiente que o bebê depende para amadurecer e onde irá vivenciar suas experiências concretas (ROSA, 2009).

Já um ambiente familiar considerado disfuncional é aquele não atende às necessidades de seus membros, cujas interações não são positivas e apresenta alguns pontos desestruturados, como: uma dinâmica familiar desordenada; críticas e acusações; falta de empatia e solidariedade; baixa capacidade de resolução de conflitos; relações desiguais; papéis e limites indefinidos; dificuldade em assumir funções de responsabilidade e autoridade. Dessa forma, o ambiente familiar disfuncional fracassa no quesito de cumprir com suas atribuições na vida de seus membros e de facilitar o crescimento individual, que

consequentemente, interfere no desenvolvimento saudável dos filhos (WEITZMAN, 1985).

Dentre os aspectos relevantes para a funcionalidade do ambiente familiar descritos acima, Zimerman (2007) ressalta que as alterações e más definições dos papéis, das posições, dos limites e das imagens criadas dentro da estrutura familiar afetam substancialmente a constituição do psiquismo da criança. Ou seja, é essencial que haja clareza nas divisões de papéis, e também, reciprocidade no desempenhar das tarefas e funções.

Estudos sobre famílias e seus desdobramentos apontam que as condições em que se dão as relações parentais acompanhadas por conflitos e discórdias estão intimamente ligadas ao germe dos distúrbios psicológicos nas crianças (CUMMINGS, DAVIES, 2002; WAMBOLDT, WAMBOLDT, 2000).

Portanto, a qualidade da interação pai-mãe ou entre os cônjuges é considerado um ponto crucial para a estruturação do psíquico infantil. O modo como as figuras parentais relacionam entre si, a imagem que possuem um do outro, a valorização mútua que preservam e o padrão de comportamentos adotados acerca do outro são fatores primordiais que afetam o processo de construção das representações internas do filho a respeito dos seus respectivos pais, e, por conseguinte, de si próprio – das suas identificações e de sua autoestima (ZIMERMAN, 2007).

Os casais tendem a reproduzir nas relações com os filhos a mesma qualidade das relações que possuem entre si. Em outras palavras, se a relação conjugal é positiva e satisfatória, desempenharão um envolvimento similar com as crianças; se, contudo, o relacionamento dos pais é conflituoso e crítico, de igual modo serão as relações dos cônjuges com os filhos, ou seja, negativas (CUMMINGS, O'REILLY, 1997).

Rosa (2009) afirma que o colo da mãe ofertado ao bebê, ou seja, a qualidade da relação que será criada entre os dois, é diretamente afetada pela sustentação que o pai provê ou não à mulher.

Autores como Belsky, Youngblade, Pensky (1989) reafirmam em seus estudos que a relação conjugal assume um fator de proteção para as mães que sofreram com o desprezo e o desamparo de seus pais na infância. Logo, quando a relação marido-esposa era positiva, as lembranças de rejeição e desamparo que haviam vivido não afetavam a emocionalidade da mãe e a relação

com sua criança. Mas, quando a relação marido-esposa era insuficiente, as recordações infantis adoecidas pelo desprezo e a falta de apoio de ambos os pais refletiam no relacionamento da mãe com os próprios filhos, reincidindo assim, um ciclo intergeracional negativo.

Concordantemente, Zimerman (2007) ressalta que transgeracionalidade ou transmissão psíquica geracional, que corresponde há quando os genitores trazem consigo internalizadas as vivências, os conflitos e os valores adquiridos com suas famílias primárias (primeira geração), de modo que, tendem a reproduzi-los na nova família projetando nas figuras dos filhos (segunda geração) seus conflitos não resolvidos com os próprios pais, é outro fator que afeta a dinâmica da esfera familiar.

Em resumo, fato é que todas as relações estabelecidas numa família terão alguns pontos disfuncionais e enfrentarão dificuldades em certos momentos. Contudo, a pretensão destas informações é orientar quanto às práticas negativas persistentes desde os momentos iniciais da vida de um bebê e quão nocivas podem ser para o desenvolvimento emocional dessa criança, em oposto, das práticas parentais saudáveis e consideradas adequadas para esse período desenvolvimental.

O “colo” da Mãe: Ambiente de afeto vital e o “berço” do desenvolvimento

“Embora a técnica materna possa ser ensinada e até estudada em livros, os cuidados maternos com o próprio bebê são inteiramente pessoais, uma tarefa que ninguém mais pode realizar tão bem quanto à própria mãe” (WINNICOTT, 1982, p. 98).

Mãe é a genitora capaz de se doar aos cuidados que seu bebê necessita vitalmente desde seu nascimento e que aceita ser o mundo satisfatório que o filho precisa para se desenvolver. Ser mãe é ofertar sua presença viva e humana, cuidados físicos e afetivos, e progressivamente, educar e apresentar o mundo real ao lactante introduzindo-o na sociedade e na cultura. Essas ações da figura materna são cruciais para o desenvolvimento emocional do bebê (WINNICOTT, 1982; ZIMERMAN, 2007).

Assim, tornar-se mãe, para uma mulher é um processo individual, pessoal e intrincado. Não há um único modo de ser e de fazer, de reajuste ou de adaptação que sirva unanimemente para todas

(IUNGANO, TOSTA, 2009).

Isso posto, a função de mãe é atribuída à mulher devido alguns fatores considerados naturais. Em geral, a mulher é: 1) Considerada o ser humano mais sensível, mais atencioso, com uma percepção mais detalhada do todo; 2) Sua constituição orgânica é habilitada para gerar descendentes e os alimentar por meio da amamentação; 3) Possui um instinto feminino (de origem da espécie fêmea) ou instinto maternal (muitas coisas sabem sem terem aprendido), ou seja, tem maior preocupação com os cuidados com o bebê e maior capacidade de adaptação às suas necessidades; 4) A mulher agora mãe, enquanto menina “brincou” de “mamãe-filhinha”, então, desde sua infância aprendeu um padrão de comportamentos sociais que a ligam a maternagem real; 5) Por fim, a mulher é mãe-ambiente, o primeiro contato do bebê com o mundo externo, com quem o filho irá estabelecer a primeira relação (toque, olhar, colo, carinho, etc.) e quem vai prover a ele as condições primárias essenciais à sua sobrevivência (ROSA, 2009).

Histórica e culturalmente, a função materna ou a maternidade é exercida pela mãe biológica na maioria das vezes, contudo, o papel “mãe” pode ser realizado por outras pessoas que sejam capazes de criar vínculos afetivos e oferecer os cuidados que o bebê necessita, como: alimentação, cuidados de higiene, de saúde e investimento emocional (amor, atenção, respeito, acolhimento, etc.). A mãe precisa ser alguém que assuma a tarefa de ser a principal cuidadora e transmita para o bebê segurança e constância nos afetos e cuidados (IUNGANO, TOSTA, 2009).

Para a psicanálise winnicottiana, a mãe desempenha três principais tarefas no processo de adaptação às necessidades do filho. Quando bem realizadas favorecem a maturação psíquica da criança, e quando negligenciadas podem comprometer a integração do *eu* do sujeito em desenvolvimento. São elas: 1) Função do holding, traduzido como sustentar ou segurar, refere-se à ação da mãe em segurar no colo o bebê, podendo ser agradável ou nocivo para o recém-nascido em termos psicológicos; essa segurança é primordial para a estruturação do *ego* do bebê. 2) Função do handling, traduzido como manipulação ou manejo, corresponde as práticas de cuidados com o corpo do bebê (alimentação, troca de fraldas e limpeza conforme as necessidades desse), do mesmo modo, essas experiências podem facilitar ou prejudicar o desenvolvimento emocional do filho. 3)

Apresentação de objetos (relacionado ao conceito de transicionalidade) cabendo a mãe (ou quem cumpre essa função) iniciar a aproximação entre o bebê e o mundo externo, de maneira gradativa e de acordo com a capacidade da criança de absorção de informações e experiências (IUNGANO, TOSTA, 2009; WINNICOTT, 1999).

O autor Winnicott criou o termo “mãe devotada comum” que é aquela que desenvolveu um estado psicológico de cuidados primitivos com o seu bebê denominado “Preocupação Materna Primária”, característico da “mãe suficientemente boa” que corresponde à figura materna que executa satisfatoriamente suas funções – atendendo às necessidades de cuidados do bebê, mediando a relação do bebê com o mundo externo, permitindo que seu *ego* materno auxilie na estruturação do *ego* da criança, provendo uma estabilidade na interação afetiva, assegurando acolhimento e identificação ao menor (DIAS, 2003; WINNICOTT, 1975, 2000).

O termo “suficiente” utilizado por Winnicott indica uma mãe que cumpre seu papel na medida em que o filho necessita, de modo eficiente, favorecendo um desenvolvimento psíquico saudável, não enaltecendo um padrão perfeita ou idealizada demais (IUNGANO, TOSTA, 2009; WINNICOTT, 2000).

Para Winnicott, a figura materna é também entendida como o ambiente, pois, é ela a responsável por prover aquilo que o recém-nascido necessita vitalmente, como por exemplo: oferecer o alimento; estar presente; transmitir sensação de continuidade e estabilidade para o filho; ser empática; fica certo tempo ausente para estimular a imaginação e criatividade do bebê e o ensinar a lidar com a frustração, e assim, facilitar o desenvolvimento emocional do bebê. Quando o ambiente não atende de forma satisfatória, o psiquismo do indivíduo que está em formação é prejudicado (DIAS, 2003; COELHO JR., BARONE, 2007; WINNICOTT, 2000).

Dessa forma, o início da vida do bebê é marcado pelo conjunto de experiências que ocorrem na relação diádica mãe-bebê e à medida que são vivenciadas no interior dessa relação, vão se integrando e tornando pessoais. O bebê nasce precisando de maternagem e a mãe possibilita ao bebê através dos seus cuidados, que esse conheça e interaja com o mundo subjetivo, desenvolvendo suas noções de realidade. Nessa fase também, a mãe revive internamente os cuidados que tivera na infância (ESTEVES, BORGES, 2007; ROSA, 2009;

WINNICOTT, 2000).

Terminado esse período inicial delicado da vida do bebê, a mãe precisa estar psiquicamente fortalecida para poder se separar do filho e esse começar sua fase de maior independência. Assim, o bebê começará sua existência enquanto um *ego* separado e pessoal, podendo vivenciar experiências, controlar seus instintos e aprender a lidar com a frustração como um modo de preparo para a vida real. O lactante só consegue se recuperar das falhas maternas quando já alcançou uma estrutura psíquica organizada e independente, ou seja, uma estrutura não mais uma unificada com a mãe-ambiente (IUNGANO, TOSTA, 2009; WINNICOTT, 1956; ZIMMERMAN, 2007).

Para a teoria winnicottiana, o progresso saudável das outras fases desenvolvimentais depende essencialmente desses primeiros contatos da mãe (ou cuidadora) com o filho e se houve uma adaptação adequada às necessidades deste. Assim, quando o bebê consegue conquistar sua identificação primária, então, estabelece sua condição de ser (ESTEVES, BORGES, 2007; WINNICOTT, 2000).

O vínculo mãe-bebê é considerado o mais primitivo e determinante sobre todo o funcionamento da saúde mental do bebê. Contudo, fatores como a qualidade do relacionamento conjugal, as condições psicológicas de ambos os pais em decorrência das próprias experiências de vida e as alterações emocionais, em especial das mães, podem afetar a construção desse vínculo afetivo mãe-bebê, e conseqüentemente, o nível de cuidados disponibilizados ao filho e o envolvimento emocional com este (GUTIERREZ, CASTRO, PONTES, 2011).

É possível identificar algumas características que denunciam que a relação mãe-filho está se tornando patológica, como por exemplo, quando a mãe não resolveu suas experiências infantis e as transferem para a relação com o filho, tendo que ser cuidada por alguém também; a amamentação prolongada, nesse caso a mãe permanece num estado de fusão com o filho, não conseguindo se dissociar desse; e, a falta de interesse e afeto pelo bebê. Todos esses pontos refletem direta e negativamente sobre o desenvolvimento afetivo e emocional da criança (SZEJER, STEWART, 1997; WINNICOTT, 1999).

Vale destacar que essas ações disfuncionais da mãe podem ser decorrentes de transtornos psíquicos como ansiedade e depressão pós-parto;

falta de suporte emocional; sentimentos de estresse e impotência; falta de apoio social e profissional; ausência do cônjuge ou da figura paterna para ajudar nos cuidados com o bebê e nas tarefas domésticas (GUTIERREZ, CASTRO, PONTES, 2011; WINNICOTT, 1999).

Assim, o estado psíquico da mãe é essencial para garantir a qualidade dos cuidados dispensados ao filho. Após as possíveis mudanças e dificuldades que tenha enfrentado no período gestacional ou depois do nascimento, essa mulher precisa ter sua identidade reafirmada, condições psicológicas saudáveis e resistência para superar seus conflitos e os da criança, e para que isso ocorra, é necessário que essa mãe tenha uma rede de apoio que a assista (GUTIERREZ, CASTRO, PONTES, 2011; IUNGANO, TOSTA, 2009). Em alguns casos, a psicoterapia faz-se essencial para auxiliar no manejo das questões da mãe, a fim de que, ela se reestabeleça psiquicamente.

Por fim, de acordo com Bowlby (1951), psicanalista inglês especialista em desenvolvimento humano, o amor e os cuidados maternos na primeira infância e na juventude são tão essenciais para a saúde mental, quanto as vitaminas são para a saúde física.

O amor do Pai: Anteparo para a vida e o “sonho” de toda criança

A figura do pai é fundamental para o desenvolvimento psicoafetivo da criança. Esse assume e desempenha a imagem de autoridade, de segurança, de valores e de ideais para o filho (BARUFFI, GOMES, 2000).

A participação do pai desde os momentos iniciais da vida do bebê promove ao menor uma espécie de anteparo contra os futuros desajustes psicológicos e estressores (FLOURI, BUCHANAN, 2003).

Suas atribuições não se resumem apenas às funções de provedor e mantenedor das necessidades familiares, mas abarca profundamente mais, através das suas atitudes e do seu afeto, exerce uma participação primordial na formação da personalidade do filho e possui o encargo de ser o primeiro representante de autoridade social (BARUFFI, GOMES, 2000).

A atuação paterna é crucial no desenvolvimento psíquico da criança, “a teoria freudiana [...] dá ao pai um lugar central na estruturação da personalidade, nas formas e

contornos do adoecer psíquico, além de estar na base da moral e da própria vida cultural” (ROSA, 2009, p. 02).

Isso posto, no início da vida do bebê o pai não tem uma ligação direta com esse como a mãe tem, não exerce uma função enquanto pai propriamente dita. Contudo, sua presença nesse contexto inicial não é de menos valia no processo desenvolvimental. À medida que o bebê amadurece, ele percebe que está inserido numa relação triangular, ou seja, que não é composta apenas por ele e pela mãe como fantasiava, mas existe um terceiro, o pai (ROSA, 2009).

Desse modo, o bebê passa a entrar em contato com as características do pai (como sendo o autor da postura mais rígida, forte, severa, firme, emissor dos “nãos” como limites) até então, percebidas como sendo da mãe, e sucessivamente, se torna capaz de diferenciar os atributos de ambos. Quando o filho conquista o estado de identidade unitária e tem a sua instintualidade integrada à personalidade, é quando finalmente estabelece uma relação direta com o pai. A figura paterna também tem a função de realizar a intervenção de separação da relação simbiótica mãe-bebê ao final da fase de dependência absoluta, trazendo a esposa para suas demais obrigações e facilitando a independência do filho (ROSA, 2009; ZIMERMAN, 2007).

O pai é fundamental para auxiliar a criança no processo de discriminação entre fantasias psíquicas e a realidade, de modo que, estimule a imaginação criativa do filho sem a desvalorizar e não permita que seus instintos infantis (ou instância psíquica *id*) o domine. Portanto, o pai que é imaturo diante os conflitos da criança em desenvolvimento, não tolera expressões de impulsos de raiva ou ciúmes e não sabe por limites nas fantasias da criança sem diminuí-las, pode ocasionar no filho vários conflitos emocionais (ROSA, 2009).

Sendo assim, para ter um bom desempenho nos cuidados direcionados à criança, o pai ou o cuidador que desempenha essa função, precisa ter um instinto materno e assumir o papel de “mãe-substituta”, manifestando seu lado mais maternal sendo presente nos cuidados que o filho carece e transmitindo seu afeto real (ROSA, 2009; ZIMERMAN, 2007).

Segundo Lamb (1997) os pais que se envolvem de maneira profunda com os filhos desenvolvem nesses uma maior capacidade cognitiva, controle emocional, sentimentos de

empatia e afirmação da sexualidade de maneira saudável.

Embora alguns fatores como, as características da criança e do meio; o apoio social; a qualidade da relação conjugal; a motivação e as habilidades do pai; suas condições de trabalho e até o momento histórico em que vive possam interferir na relação que a figura paterna terá com o filho, prevalece sendo fundamental a presença ativa desse na vida do menor, uma vez que, a interação saudável desenvolvida entre pai-filho estimula a autoestima e autovalorização, gerando na criança uma maior confiança e credibilidade a respeito das suas próprias capacidades e aprovação da sua identidade (ENGLE, BREAU, 1998; SILVA, VIEIRA, SCHNEIDER, 2016).

Autores como Parke (1996) afirma que a quantidade excessiva de tempo destinado a criança não assegura um envolvimento suficientemente positivo com a mesma, em outras palavras, o relevante é a qualidade do tempo invés da quantidade de horas juntos.

Baseado na teoria winnicottiana, Rosa (2009) afirma que para que a figura paterna possa ser respeitada e exerça sua autoridade através de palmadas e dizendo “não”, por exemplo, sem trazer prejuízos à sua relação íntima com o filho, precisará antes conquistar esse lugar na vida da criança, sendo um pai presente no lar, que dispõe cuidados, afetos, proteção e suporte nos demais momentos e que participe das brincadeiras e jogos de imaginação infantil. Assim, mais significativo do que ser temido é o pai ser amado, admirado, e por isso, respeitado. Para tanto, o homem deve ser, primeiramente, o exemplo para os filhos.

Outra intervenção da figura paterna que indiretamente influencia o desenvolvimento psíquico infantil, é sua participação ativa junto à mãe sendo um agente de sustentação da saúde mental materna diminuindo os sintomas de depressão e estresse, atuando na complementaridade das funções maternas, como por exemplo, participando das tarefas domésticas e nos cuidados com as crianças, de modo a suprir as deficiências que possam ocorrer da relação mãe-filho (DESSEN, 1992; LAXMAN *et al.*, 2014).

Sendo assim, o pai precisa ser o principal cuidador e sustentador da díade mãe-bebê, de modo a ofertar o suporte que a mulher necessita para poder atender ao filho, protegê-la das interferências externas, atenuar os possíveis conflitos internos dela, e ainda, ser um meio de a mãe extravasar

seus desejos sexuais (ROSA, 2009; ZIMERMAN, 2007).

A atuação do pai na formação do psiquismo da criança vai muito além de ser apenas um representante ou símbolo da lei, da moral, das regras sociais, de autoridade e de um interventor na relação diádica mãe-bebê. A figura paterna é responsável também por dar todo o suporte emocional que a criança necessita para poder manifestar suas pulsões de ódio, ira, ciúmes e não sentir que está destruindo seus objetos de amor ou a si próprio (ROSA, 2009).

Por último, ele é o modelo de integração em que o filho se espelhará, por ser a primeira pessoa inteira com quem entra em contato, uma vez que, nos primeiros meses de vida o bebê ainda percebe a mãe como parte dele. Assim, o pai é um mantenedor das relações e do ambiente familiar para que esses se mantenham saudáveis (ROSA, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relembrando que esse artigo científico teve por objetivo compreender de que modo a relação entre pais, mães e filhos influencia no desenvolvimento psíquico infantil e quais intervenções são necessárias para que a criança alcance um estágio emocional saudável. Isso posto, a teoria de Winnicott (1982) confirma que o desenvolvimento do ser humano é um processo contínuo e evolutivo, onde cada etapa precisa ser vivenciada e concluída adequadamente com sua faixa etária. Dessa forma, os cuidados essenciais desempenhados pelo pai e pela mãe para com os filhos na infância são imprescindíveis tanto para o desenvolvimento psíquico sadio do indivíduo ainda criança como para o adulto emocionalmente saudável que virá a ser.

Os autores Shaffer e Kipp (2012) afirmam que os cuidadores que desempenham bem seus papéis e funções (em parceria mútua) adotam uma postura afetuosa e positiva em relação aos filhos, são sensíveis às necessidades desses, oferecem apoio emocional e estimulam as competências psicológicas e sociais da criança, que interioriza os benefícios dessas interações positivas, tornando-se capaz de estabelecer vínculos de apego seguro com as figuras parentais e, conseqüentemente, com outras pessoas, atingindo um desenvolvimento psicológico saudável.

De acordo Zimmerman (2007) a família é um organismo dinâmico que está em constante transformação e estabelecendo novas relações, onde são compartilhadas experiências, valores e características psíquicas entre os integrantes. Portanto, a relação que os pais e as mães estabelecem com os filhos influencia e pode determinar como ocorrerá o desenvolvimento psicológico desses.

Para Amazonas e Braga (2006, p. 04) “a família, não importa a configuração que assuma, continuará a existir, pois é o que pode assegurar à criança, aos novos sujeitos que se apresentam ao mundo, o direito ao amor, ao acolhimento no mundo humano e à palavra”.

Dessa forma, por toda a literatura da Psicologia, é comumente compreendido por diferentes teóricos que “os sentimentos de afeto, confiança e segurança que os bebês ganham com o apego seguro preparam o terreno para um desenvolvimento psicológico saudável” (SHAFFER, KIPP, 2012, p. 522) e de acordo com os mesmos autores, pode-se entender por apego seguro ou apego emocional, o forte vínculo afetivo que os cuidadores estabelecem com as crianças.

Os bebês que estabelecem boa relação com a mãe – um apego seguro – sentem-se amados e cuidados, apresentam maiores chances de atingir uma maturação psíquica saudável, serem confiantes, empáticos, emocionalmente equilibrados e capazes de estabelecerem melhores relações sociais (PAPALIA, FELDMAN, 2013; WINNICOTT, 1888).

Crianças que possuem uma relação positiva, afetuosa e sólida com o pai desenvolvem melhor autorregulação emocional, melhores habilidades sociais e apresentam menores índices de comportamentos problemáticos futuros (CABRERA *et al.*, 2000; COLEY, MEDEIROS, 2007; LIEBERMAN, DOYLE, MARKIEWICZ, 1999 *apud* SHAFFER, KIPP, 2012).

Por conseguinte, falhas e privações nas relações entre pais-mães-filhos acarretam em atrasos cognitivos, perdas psíquicas e dificuldades pessoais durante o crescimento do sujeito (WINNICOTT, 1982).

Assim, a maternagem adequada ou suficientemente boa – termo conceitual de Winnicott – é aquela que a mãe não frustra nem agrada demasiadamente o filho, possibilitando o crescimento saudável do *eu* da criança. Assim como, a função paterna é entendida como

imprescindível no processo de individuação do *eu*, na formação da personalidade e na construção da identidade da criança (ZIMERMAN, 2007).

Embora não queiramos contradizer ou diminuir a importância do que foi apresentado nesta pesquisa, é pertinente esclarecer que nosso objetivo não é apresentar afirmações deterministas, como se uma criança que tenha sofrido frustrações e negligências durante sua infância esteja sentenciado a uma vida de desajustes psicológicos, pois, cada caso é singular e são muitos os fatores dinâmicos que podem ser revividos e alterados de maneira adequada nas relações futuras, além disso, a psicologia pode ser muito eficaz nesse processo de ressignificação contribuindo para a boa elaboração dessas vivências infantis.

Desse modo, as considerações levantadas neste artigo visam despertar a sociedade para a importância de oferecer orientações a mulheres gestantes, mães mais experientes e pais a respeito da seriedade das relações entre pais-mães-filhos, e também, contribuir para a formação de profissionais que atuem junto à família.

Em síntese, esta pesquisa bibliográfica concluiu que o tipo de relação estabelecida entre pais, mães e filhos influencia direta e substancialmente no desenvolvimento psicológico das crianças durante a infância. A qualidade ou negligência desses laços e papéis familiares e afetivos podem prejudicar ou favorecer as aquisições emocionais, da identidade e da personalidade do sujeito em desenvolvimento. Portanto, é fundamentalmente importante a boa regulação dessas interações e o ajustamento das funções de acordo com as necessidades intrínsecas dos menores para que esses disponham de um amadurecimento psíquico saudável, e ainda, que compreendamos a relevância desses conceitos e relações para orientar as novas constituições de famílias, pais e mães, pensando nos futuros sujeitos em desenvolvimento que virão e como refletirão na sociedade de modo geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZONAS, M. C. L. A.; BRAGA, M. G. R. Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 9, n. 2, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982006000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)

14982006000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 07 nov. 2020.

BARUFFI, A. M. Z.; GOMES, J. V. **Família e socialização: um estudo das implicações da situação de presença/ausência paterna**. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

BELSKY, J.; YOUNGBLADE, L.; PENSKY, E. Childrearing history, marital quality, and maternal affect: Intergenerational transmission in a low-risk sample. **Development and Psychopathology**, v. 1, n. 4, p. 291-304, 1989.

BOWLBY, J. **Maternal care and mental health**. 2 ed. Geneva: World Health Organization, 1952.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da criança: Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil**. Brasília - DF: Editora MS, 2002.

COELHO JR., N. E.; BARONE, K. C. A importância da teoria de Winnicott sobre a comunicação para a construção do significado ético da psicanálise. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 41, n. 3, São Paulo, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2007000300009#:~:text=A%20teoria%20de%20Winnicott%20sobre,self%20permane%C3%A7am%20continuamente%20n%C3%A3o%2Dcomunicados. Acesso em: 24 fev. 2021.

CUMMINGS, E. M.; DAVIES, P. T. Effects of marital conflict on children: Recent advances and emerging themes in process-oriented research. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, v. 43, n. 1, p. 31-63, 2002.

CUMMINGS, E. M.; O'REILLY, A. Fathers in family context: Effects of marital quality on child adjustment. In: LAMB, M. E. **The role of the father in child development**. 3. ed. New York: Wiley, 1997, p. 196-221.

DESSEN, M. A. S. C. **Efeitos do nascimento de uma segunda criança no comportamento e nas relações entre o primogênito e os genitores**. Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

DIAS, E. O. **A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2003, p. 166.

ENGLE, P. L.; BREAUX, C. Father's involvement with children: Perspectives from developing countries. **Social Policy Report: Society for Research in Child Development**, v. 12, n. 01, p. 1-24, 1998.

ESTEVEZ, C. M.; BORGES, E. S. O resgate do vínculo mãe-bebê: estudo de caso de maus tratos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 04, Brasília, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007001200015&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 fev. 2021.

FLORENTINO, C. Um escuro poço: A memória enferma em lavoura arcaica, de Raduan Nassar. **Revista Em Tese**, v. 5, p. 215-222, Belo Horizonte, 2002. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/3455/3380>. Acesso em: 07 nov. 2020.

FLOURI, E.; BUCHANAN, A. The role of father involvement in children's later mental health. **Journal of Adolescence**, v. 26, p. 63-78, 2003.

GOMES, H. S. R. Terapia de família. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 6, n. 2, Brasília, 1986. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931986000200011. Acesso em: 27 fev. 2021.

GUTIERREZ, D. M. D.; CASTRO, E. H. B.; PONTES, K. D. S. Vínculos mãe-filho: reflexões históricas e conceituais à luz da psicanálise e da transmissão psíquica entre gerações. **Revista do NUFEN**, v. 3, n. 2, São Paulo, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912011000200002. Acesso em: 27 fev. 2021.

IUNGANO, E. M.; TOSTA, R. M. A realização da função materna em casos de adoecimento da criança. **Boletim - Academia Paulista de Psicologia**, v. 29, n. 1, São Paulo, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2009000100009. Acesso em: 27 fev. 2021.

KALOUSTIAN, S. M. **Família brasileira, a base de tudo**. 5. ed. São Paulo: Cortez; Brasília - DF: UNICEF, 2002.

LAMB, M. E. Fathers and child development: An introductory overview and guide. **The role of the father in child development**. 3. ed. New York: Wiley, 1997, p. 1-18.

LAXMAN, D. J. *et al.* Father Involvement and Maternal Depressive Symptoms in Families of Children with Disabilities or Delays. **Maternal and Child Health Journal**, v. 19, n. 5, p. 1078-1086, 2014.

LOBO, S. As condições de surgimento da "Mãe Suficientemente Boa". **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 42, n. 4, São Paulo, 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2008000400009. Acesso em: 24 fev. 2021.

MINUCHIN, P.; COLAPINTO, J.; MINUCHIN, S. **Trabalhando com famílias pobres**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PARKE, R. **Fatherhood**. London: Harvard University Press, 1996.

ROSA, C. D. O papel do pai no processo de amadurecimento em Winnicott. **Natureza humana**, v. 11, n. 2, São Paulo, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302009000200003#:~:text=Em%20Winnicott%2C%20o%20pai%20faz,o%20pai%20ajudar%C3%A1%20o%20beb%C3%AA. Acesso em: 22 fev. 2021.

SILVA, M. L. I.; VIEIRA, M. L.; SCHNEIDER, D. R. Envolvimento paterno em famílias de criança com transtorno do espectro autista: contribuições da teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. **Boletim - Academia Paulista de Psicologia**, v. 36, n. 90, São Paulo, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2016000100006. Acesso em: 24 fev. 2021.

SHAFFER, D. R.; KIPP, K. **Psicologia do**

Desenvolvimento: Infância e Adolescência. 8. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SZEJER, M.; STEWART, R. **Nove meses na vida da mulher:** uma abordagem psicanalítica da gravidez e do nascimento. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

WAMBOLDT, M. Z.; WAMBOLDT, F. S. Role of the family in the onset and outcome of childhood disorders: Selected research findings. **Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry**, v. 39, n. 10, p. 1212-1219, 2000.

WEITZMAN, J. Engaging the Severely Dysfunctional Family in Treatment: Basic Considerations. **Family Process**, v. 24, n. 4, p. 473-485, 1985.

WINNICOTT, D. W. **A criança e o seu mundo.** Tradução Álvaro Cabral. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

WINNICOTT, D. W. A Preocupação Materna Primária (1956). In: WINNICOTT, D. W. **Da Pediatria à Psicanálise:** Obras Escolhidas. Tradução Davy Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago, 2000, p. 399-405.

WINNICOTT, D. W. **O Brincar & a Realidade.** Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1975.

WINNICOTT, D. W. **Os bebês e suas mães.** Tradução Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ZIMERMAN, D. E. **Fundamentos psicanalíticos:** teoria, técnica e clínica - uma abordagem didática. Porto Alegre: Artmed, 2007.

LA INFLUENCIA DE LAS RELACIONES PADRE-MADRE-HIJO EN EL DESARROLLO PSÍQUICO DE LOS NIÑOS

RESUMEN: Con los sucesivos y recurrentes cambios que se están produciendo en la sociedad contemporánea, el ámbito familiar y las relaciones que se establecen en este entorno se encuentran en constante reformulación. Esto implica cambios no sólo en las configuraciones familiares, sino también en las funciones y roles que juegan los padres y madres en la vida de sus hijos desde el inicio y durante todo el desarrollo hasta la edad adulta. Ante ello, es necesario retomar el conocimiento de la Psicología, siguiendo el marco teórico psicoanalítico, referente a las atribuciones paternas y maternas en el desarrollo

psicológico infantil. Esta investigación bibliográfica tiene como objetivo comprender cómo las relaciones entre padres-madres-hijos influyen en el desarrollo psíquico de los niños. Presenta algunos aspectos históricos de la institución familiar y algunas características del desarrollo infantil, ambiente familiar e interacciones saludables. Se utiliza como método científico la revisión sistemática de la literatura cualitativa. Se concluye que el padre y la madre cuidadores y la calidad de las relaciones que establecen con sus hijos y/o hijas interfieren directa y sustancialmente en su desarrollo afectivo, siendo necesaria, la regulación positiva tanto del ambiente en el que se insertan los niños como de las interacciones que se construyen con ellos.

PALABRAS CLAVE: Familia; Relación padre-hijo; Relación madre-hijo; Desarrollo psíquico; Psicoanálisis.